



Em sessão ordinária realizada no dia 24 de Julho de 2008 a Loja aprovou o manifesto a seguir que deverá ser divulgado para os maçons e para o público em geral.

## MANIFESTO

As declarações e ações da Presidência da República, Polícia Federal, e Supremo Tribunal Federal nos casos de operações de investigação recentes como a Satiagraha nos deixam perplexos e apreensivos quanto à qualidade da gestão dos recursos da Nação e da administração da justiça.

Na última semana assistimos a ações lamentáveis do STF pressionando um juiz federal de primeira instância para que interrompa um processo judicial porque, supostamente, estaria sujeitando os investigados a constrangimentos. As ações desenvolvidas sugerem que a cúpula gestora da nação está comprometida pela convivência diária com a dilapidação dos bens públicos, tratados como propriedade privada dos gestores, que freqüentemente tomam decisões catastróficas para os interesses dos legítimos donos, no caso a sociedade, sem por isso serem responsabilizados e severamente punidos.

A esperança de justiça da sociedade, fundamentada na atuação de um grupo de jovens policiais, promotores e juízes, foi brutalmente abalada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, secundado pela Presidência da República e sob a plácida aceitação do Congresso Nacional, ao interromperem a Operação Satiagraha, por ter incomodado um banqueiro parceiro de negócios particulares de várias figuras públicas da cúpula governamental.

Estas não podem ser as condições para vivermos em estado de direito, como foi argumentado. Se o estado de direito existe, aparentemente, ele é reservado aos criminosos, enquanto os contribuintes desprotegidos ficam com a obrigação de pagar e manter uma estrutura que repetidamente lhes demonstra o seu desprezo.

O produto do trabalho do povo é sugado pela Receita Federal, que bate recordes de arrecadação mês após mês, e consumido por um Governo, que não demonstra comprometimento quanto à sua correta aplicação. O imenso volume de recursos é tratado mais como um espólio a partilhar com banqueiros e asseclas, do que como a seiva vital da economia da sociedade.

Raramente vemos o retorno desses recursos aplicados na Saúde, Educação e Segurança. Em vez disso, vão parar nas mãos de empresários hipócritas, prefeitos pérfidos, ministros omissos e irresponsáveis, Deputados e Senadores mal-intencionados, que renunciam para não terem seus direitos políticos cassados e poderem voltar, "limpos", a concorrer nos próximos pleitos.



Os setores da Saúde, Educação e Segurança são aqueles onde a administração pública demonstra plenamente o seu desprezo pelo contribuinte, com a desorganização e o desperdício, além dos gordos salários e benefícios numa ciranda, que leva o Governo a gastar cada vez mais a ponto de ressuscitar a velha e temida inflação.

Verificamos uma temerária inversão de valores na prática da administração pública. Os encarregados de fazer cumprir as leis, em determinadas situações, são os mesmos que ajudam a burlá-las, o caso dos Conselheiros do Tribunal de Contas que falsificaram certidões para poderem dilapidar os recursos destinados a assistência social.

Poucos dias atrás, assistimos na televisão sua excelência, o presidente do STF, concordando, placidamente, que os ricos têm uma justiça privilegiada porque podem pagar melhores advogados. Enquanto isso, o responsável nacional pela Defensoria Pública se lamentava pelas dificuldades encontradas para fazer funcionar a sua desmantelada organização.

É inadmissível constatar que um profissional da Defensoria Pública Federal ganha menos da metade que os profissionais do mesmo nível no Ministério Público Federal que ganham cerca de 20 mil reais enquanto os marajás do STF auferem valores maiores.

É espantoso se levarmos em consideração que todos eles são pagos pelos mesmos contribuintes que vêm escorrer pelos dedos mais de 40% do que produzem, em impostos, que deveriam ser aplicados para prover saúde, educação e segurança para a Sociedade.

Lamentavelmente isso não acontece, porque organizações criminosas, organizadas em rede de empresas ou ONGs preocupadas com os direitos dos criminosos, amparadas por um conjunto de leis casuísticas, pela ineficiência da Justiça preocupada em não incomodar seus parceiros e com a conivência do Governo, se incumbem a dar rumos nefastos ao dinheiro público.

Estamos evoluindo e não concordamos que um ministro, ex-presidente do STF, declare, publicamente, que “bem ou mal o ministro resolveu soltar o Sr. Dantas e ninguém tem competência para se opor a tal decisão”.

Cometemos erros e temos obrigação de corrigi-los, decisões divinas são inaceitáveis.

O ministro presidente do STF deve todos os esclarecimentos á Sociedade a quem serve. Não pode permitir que os mal-intencionados ou os corruptos desbaratem os recursos conquistados pelos trabalhadores e ficar calado.

Os advogados devem envergonhar-se de participarem nas quadrilhas que assaltam o povo interpretando a lei para instruir e salvaguardar da ação da justiça os seus clientes, dificultando a apuração da verdade. Esqueceram os juramentos feitos perante a Sociedade e perante a Ordem dos



Advogados que parece adormecida, alheia aos deslizes dos seus membros que muito prejudicam a sociedade, que supostamente orientam e protegem.

Não podemos concordar com um Congresso Nacional que assiste apático a estas catástrofes nacionais, sem ao menos se pronunciar em defesa das instituições impedidas de desenvolver as suas atividades constitucionais. É obrigação de Deputados e Senadores julgar as ações do presidente do STF e impedir que a Presidência da República desmantele a Polícia Federal quando ela começava a fazer um pouco do seu trabalho.

Até quando continuaremos pagando principescamente profissionais incompetentes e mal intencionados, que não protegem a sociedade do assalto aos recursos públicos por organizações ou indivíduos, impedindo que esses mesmos recursos oriundos dos impostos, sejam aplicados em benefício da sociedade?

Nós Maçons não podemos continuar assistindo passivamente a dilapidação dos recursos da sociedade pelos seus representantes. É necessário fazer as correções adequadas rapidamente, restabelecendo o prestígio da Polícia Federal, do Ministério Público e da Justiça Federal e caçar os responsáveis sem tréguas.

Vamos fazer com que Ética seja, de fato, o ponto mais importante na escolha dos nossos representantes e exigir deles que a pratiquem explicitamente durante os seus mandatos.

Atualmente, temos as ferramentas necessárias para fazê-lo. É nossa responsabilidade fiscalizar a atuação dos nossos representantes sejam legisladores, jurídicos ou executivos, exigir que informem os resultados das suas ações e impedir que prejudiquem a sociedade com associações mal-intencionadas.

Manifestamos o nosso repúdio pela situação criada e pedimos respeitosamente esclarecimentos públicos e objetivos ao Exmo Sr. Presidente da República, Supremo Tribunal Federal, Congresso Nacional, Ministro da Justiça e Polícia Federal, a quem pagamos muito bem para nos representarem, protegerem e esclarecerem e não para cuidarem dos incômodos causados aos legalmente investigados.

Convidamos a cerrarem fileiras conosco todos os nossos irmãos Maçons e todos os cidadãos de bons costumes, espalhados por este imenso e portentoso país que vislumbra a oportunidade de ser grande, mas continua tolhido e enfraquecido pelos seus parasitas.

**Loja Maçônica Simon Bolivar, 24 de Julho de 2008**